



A Voz da Liberdade e Ressocialização: Experiências de Comunicação e Cidadania na Rádio Difusora Alternativa Esperança¹

Marta Thais Leite dos SANTOS²

Felipe Leonardo de Assis RAMELLI³

Maria Livia Cunha de Almeida CAVALCANTI⁴

Ana Paula Campos LIMA⁵

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

As rádios comunitárias oferecem à comunidade a oportunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, para divulgação de suas ideias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. A Rádio Difusora Alternativa Esperança, projeto da Vara das Execuções Penais da comarca de Guarabira/PB, pioneiro no Brasil, nasceu da necessidade de levar a uma população carcerária de aproximadamente 320 presos, mais do que uma palavra de conforto, uma oportunidade efetiva de concretizar a cidadania e a inclusão social. Assim, o presente trabalho, intitulado “A Voz da Liberdade e Ressocialização: Experiências de Comunicação e Cidadania na Rádio Difusora Alternativa Esperança”, tem por objetivo fazer uma breve análise sobre este projeto, diante de alguns conceitos de comunicação comunitária para o desenvolvimento da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação comunitária; rádio difusora alternativa esperança; cidadania; ressocialização nas prisões.

Introdução

É bom ressaltar, logo de início, que não se pode culpar os veículos de comunicação de massa por todos os males que acometem a sociedade brasileira. Contudo, pode-se começar questionando a existência - ou a falta - de um processo participativo, inclusivo da população tanto nas grades de programação quanto na concepção da política das empresas (privadas, mistas ou públicas).

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Aluna-líder. Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), email: marta_thais@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), email: feliperamelli@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), email: livitsh@hotmail.com.

⁵ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), email: aparmorial@yahoo.com.br.



Esse questionamento é antigo. Tanto que as rádios comunitárias ou mesmo outros veículos de produção independente começaram a surgir a partir de um movimento em prol da democratização dos meios. Esses movimentos populares ansiavam tanto o reconhecimento legal dessas experiências, como garantir acesso a modos de comunicação baratos em que pudessem aumentar o trabalho de conscientização política, a luta por direitos e cidadania a partir do local.

Há correntes que pensam as rádios comunitárias como forma de concorrer com emissoras comerciais. Mas há também aquelas que enfatizam o poder de propagar educação cidadã por entre as comunidades. Conteúdo que é produzido pelos próprios moradores/beneficiados, que conhecem e vivenciam a realidade específica de onde habitam.

É sob esta última ótica que focaremos o nosso trabalho. Trata-se de um relato sobre nossa experiência na Rádio Alternativa Esperança, que atende à comunidade carcerária do município de Guarabira – um projeto único no país. Seu objetivo é promover a ressocialização dos detentos, através de programas educativos e religiosos, além de mantê-los informados sobre o andamento de seus processos.

Convém mencionar que a elaboração deste artigo se deu após duas visitas, nos dias 16 e 23 de novembro de 2010, às instalações da Rádio Alternativa Esperança e a Penitenciária Regional João Bosco Carneiro, na cidade de Guarabira/PB. As informações foram apuradas através de entrevistas e captação de imagem para a produção de um documentário. O vídeo, intitulado “A Voz da Esperança”, aborda as iniciativas de ressocialização aplicadas na Penitenciária João Bosco Carneiro, tendo como gancho principal o pioneirismo e os impactos da Rádio Esperança.

1 Rádios Comunitárias: Fortalecimento da cidadania

A comunicação comunitária, também chamada de popular ou alternativa, nasce a partir da necessidade do fazer comunicacional que abrolha dos grupos populares. A mídia seria construída do povo para o povo, objetivando suscitar reflexões acerca de sua realidade. Para Gilberto Gimenez (1979, p. 70), ela “implica a quebra da lógica da dominação e se dá não a partir de cima, mas a partir do povo, compartilhando dentro do possível seus próprios códigos”.



Rádio comunitária pode ser entendida como aquela realmente voltada e identificada como tal, na qual se reconhece facilmente o trabalho desenvolvido para uma determinada comunidade. De acordo com Cecília Peruzzo (2007, p. 69),

a rádio comunitária que faz jus a este nome é facilmente reconhecida pelo trabalho que desenvolve. Ou seja, transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas.

O rádio como veículo de comunicação ainda pode ser considerado

modernizado, refeito, revigorado; ele já não é aquele de Getúlio Vargas nem é o palanque sonoro da ‘identidade nacional’; é mais variável, diverso, multifacetado, fragmentado... e imprescindível. Um pouco distante de ser um congregador nacional, assume com força e propriedade o de ‘agregador local, um porta-voz da cidade, um agente comunitário’. (BUCCI, 2004, p.8)

O conteúdo que é produzido pela rádio comunitária volta-se para a comunidade em questão, ou seja, é feito pelos moradores para os moradores, funcionando como um caminho de discussão para a comunidade. E, com isso, nada tem a ver com rádios que veiculam músicas ditas populares ou de clamor popular e que apresentam um material com teor questionável.

Rádios comunitárias vão indicar a democratização dos meios de comunicação, através da participação coletiva no processo comunicacional. Por conseguinte, surge uma nova forma de interpretação da mídia, entendida como instrumento de efetivação da cidadania, inclusão social e disseminação de novas propostas. Afirma Neumann (1990),

[...] somente quando os veículos de comunicação usados estiverem voltados para o grupo e conseguirem a verdade da realidade para todo o grupo, sendo fruto da consulta, participação coletiva, diálogo, discussão e decisão também coletiva, o processo será democrático.

Anos após o aparecimento de grandes veículos de comunicação de massa no Brasil, são inegáveis as transformações sofridas por parte destes tanto na técnica quanto no *modus operandis*. Contudo, apesar do conteúdo se adaptar ao tempo, o fim para o qual é designado continua o mesmo - sob todos os efeitos da indústria cultural. Ainda persistem as receitas de sucesso junto ao grande público, publicidade intensa, *happy ends*, etc. Além disso, a mídia continua sendo considerada um quarto poder, capaz de pelo menos pautar a opinião pública quando não consegue influenciar.



Não é difícil imaginar que a própria sociedade começou, mesmo que timidamente, um processo de resistência. As décadas de 70 e 80 foram marcadas pela comunicação de resistência, articulada por sindicatos, comunidades e grupos de esquerda. Época em que o regime militar ditava a ordem no país e ditava o que era vinculado nos grandes veículos manipulavam, de certa forma, a opinião pública. Nesse contexto, surgiram as primeiras rádios comunitárias – no início denominadas de rádios livres.

As motivações que levaram à instalação desse tipo de rádio livre, pautadas primordialmente pelo estabelecimento de canais alternativos de comunicação, foram os mais variados possíveis: políticos, ideológicos, interesses de classe, movimentos de minorias, motivações sociais e motivações religiosas. Mas, apesar da diversidade de causas, uma característica básica uniu todas as rádios livres – mesmo aquelas instaladas por motivos exclusivamente comerciais – a contestação ao sistema vigente de comunicação de massa (PERUZZO apud LOPES, 2005, p. 8).

Se é possível estabelecer um marco no histórico das rádios comunitárias, pode-se atribuir a rádio Xilik, responsável pelo início da popularização da questão da democratização da comunicação no Brasil. A ideia de montar esta rádio surgiu de um grupo de professores e alunos da USP autodenominado os "doze apóstolos" – entre eles o professor Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão (posteriormente, estes professores lançaram o livro *Rádios Livres: a Reforma Agrária no Ar*, primeira publicação sobre o tema no país). As informações controvertidas e desencontradas sobre a morte do presidente Tancredo Neves fornecidas pelos meios de comunicação de massa em março de 1985, despertaram no grupo a vontade de ter uma rádio que pudesse fornecer uma versão real dos fatos.

Na década de 1990, o movimento de rádios livres popularizou-se, espalhando-se por todo o país. De baixa potência e com alcance limitado, a programação dessas rádios era restrita à comunidade, falava por intermédio de seus próprios agentes, numa relação de organicidade. Foi nesse momento que o termo rádio livre foi substituído por rádio comunitária, graças à forte identificação desse tipo de veículo de comunicação com as respectivas comunidades em que se inseriam.

Contudo, uma das grandes críticas às rádios comunitárias é quanto à deturpação de seus fins. Há casos em que tais veículos servem como fins eleitoreiros ou para barganhar ajudas/benefícios políticos.



2 Rádio Difusora Alternativa Esperança: Características gerais

A Rádio Difusora Alternativa Esperança, criada em 2006, é um projeto pioneiro no Brasil, idealizado pela Vara de Execuções Penais da comarca de Guarabira/PB, com o objetivo de levar a população carcerária da cidade mais do que uma palavra de conforto, uma oportunidade efetiva de concretizar a cidadania e a inclusão social.

Instalada no interior do Fórum Judicial da comarca e distribuída através de caixas de som conectadas em 3.320 metros de cabos, a rádio atende à população das duas prisões do município e algumas comunidades. São elas: a Penitenciária João Bosco Carneiro, que possui cerca de 190 presos com pena definida, e o Presídio Regional de Guarabira, com cerca de 135 detentos provisórios (ainda não julgados).

A difusora também atua no Bairro do Juá, com caixas de som espalhadas por 16 ruas; no conjunto Clóvis Bezerra, em 5 ruas; no conjunto Lucas Porpino, em 3 ruas; como também no conjunto Antônio Mariz, em 4 ruas. Seu horário de funcionamento é das 7h às 18h30, de domingo a domingo. Vale lembrar que num esforço conjunto da iniciativa privada da cidade e do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) conseguiu-se equipar a rádio com toda a aparelhagem necessária.

Sua programação é diversificada, contemplando notícias, utilidade pública, conteúdo musical e prestação de serviços, como a divulgação periódica dos processos judiciais em que estão envolvidos os detentos, conscientizando-os acerca dos seus direitos, proporcionando esperança na agilidade da apreciação destes processos.

Conforme o fundador do projeto, o juiz da Vara de Execuções Penais da Vara de Guarabira e professor do curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III (Guarabira), Bruno César Azevedo Isidro, “além de levar a boa informação aos presos, a ideia inicial da rádio seria concretizar princípios processuais, como o da eficiência, da celeridade processual, da publicidade e da oralidade, expressos na Constituição Federal”.

Por conseguinte, ainda pontua Bruno César Azevedo Isidro. “A rádio serve a dois propósitos. Um jurídico, e que contribui para o aperfeiçoamento do sistema processual, e um social, pois implementa políticas públicas em defesa da cidadania, da dignidade da pessoa humana e da inclusão social”.

3 A voz da liberdade e ressocialização em seu conteúdo



Com a expansão do projeto, além do serviço inicial de utilidade pública para os presos, a rádio passou a apresentar uma variedade de programas, voltados tanto para entretenimento e cidadania dos apenados como para a comunidade. O Poder Judiciário vai contribuir para o resgate da cidadania, da inclusão social, da dignidade da pessoa humana, pois possibilita que várias instituições, participem deste projeto voltado para a comunidade carcerária, chamando a atenção para seu grave problema, e para comunidades relacionadas.

Caracterizada como um grande espaço democrático e híbrido, na programação da rádio vão coabitar diversas manifestações, sejam religiosas (espírita, protestante ou católica), ou produtos musicais de estilos variados e informes voltados para questões de interesse da comunidade. Por isso, seu conteúdo se tornou diversificado, a fim de atender tanto as necessidades do presídio, como também marcar certa proximidade com comunidades circunvizinhas.

A rádio é, portanto, um instrumento de mediação entre os apenados e a sociedade. Momento em que grupos isolados distintos se relacionam através de ações midiativistas, entendidas, aqui, como formas independentes de comunicar e de agir politicamente através de um meio comunicacional. Sua grade programática atende a necessidade do presídio de se “fazer ouvir” e demarca esta proximidade com o público externo.

O programa “Boletim Diário da Execução Penal”, apresentado pelo juiz, tem por objetivo manter os presos informados a respeito do seu andamento processual, conscientizando-os acerca dos seus direitos. Ao se comunicarem com o juiz através de cartas respondidas ao vivo durante o programa, os presos das unidades prisionais da comarca passaram a conhecer a situação de seus processos.

É anunciada a situação jurídico-processual de até 10 processos da execução penal em cada edição do programa, afirmando porque o direito foi negado ou concedido, quanto tempo ainda terá de pena, qual será o próximo passo do processo. São apresentados os impulsos processuais próprios e demais detalhes que interessa ao preso em linguagem acessível, contribuindo para reduzir a ânsia por informações no interior dos presídios. Sem falar os apenados interagem e colaboram para a formatação do programa, pois foi criado um sistema de captação de correspondências.

“Estação Forró”, é um programa composto por música regional, apresentado todos os dias pela manhã. Também no turno da manhã há o programa “Manhã de Sucesso”, com as músicas mais tocadas nas rádios comerciais. O “Almoçando com a



música”, apresenta músicas da MPB por volta do meio-dia, e o “Espaço do Brega”, músicas do gênero brega, no início da tarde.

O programa “De coração para coração”, sob responsabilidade de Ivone Santos, é uma das maiores audiências da rádio, e apresenta mensagens voltadas ao Espiritismo, a fim de resgatar o crescimento espiritual dos ouvintes. Dentre a programação religiosa, há também o “Seguindo com Fé”, da Igreja Evangélica Congregacional de Guarabira, e a transmissão da missa aos domingos, no programa “Santa Missa no Ar”.

Na programação também há espaço para a divulgação dos trabalhos da Prefeitura Municipal de Guarabira, no programa “Gente que Trabalha” e a transmissão ao vivo das sessões da câmara de vereadores do município, no programa “Atuação Parlamentar”.

Outro programa veiculado na rádio difusora, “Crime não compensa”, é realizado com a participação do Ministério Público. Visando diminuir a reincidência nas prisões, o programa objetiva conscientizar o preso sobre seu papel na sociedade. Pessoas simples são entrevistadas, para exemplificar que vivem honestamente, como também parentes dos detentos, para demonstrar como a pena reflete nas relações familiares.

O programa “Passos para a Liberdade”, realizado por voluntários alunos do curso de Direito da UEPB, é parte do projeto “Literatura em Prisões: por uma nova autoria, uma nova história”, que faz parte do programa Educação nas Prisões, desenvolvido pelo Ministério da Justiça e a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), em parceria com o Ministério da Educação. A fim de dinamizar a educação nas instituições penais, hoje 80 pessoas estudam cumprindo pena em Guarabira, diversas obras literárias são lidas durante o programa. A leitura é mais um estímulo à continuidade dos estudos nas prisões, despertando os detentos para o poder da leitura e da escrita, melhorando seu vocabulário e ajudando-os na formação como cidadãos.

Atualmente, três pessoas, entre apenados e ex-apenados, colaboram integralmente no funcionamento da rádio, a exemplo de Marconi Macena, âncora do turno da manhã, que no início do projeto era do regime fechado. Segundo Macena (SILVA, CAVALCANTI e SANTOS, 2010), a Alternativa Esperança lhe deu a oportunidade de sair do presídio, conhecer outras pessoas e se identificar com uma profissão, ajudando-o na ressocialização. Todos os dias o ex-detento passa nas celas recolhendo cartas, pedidos de músicas e registrando os aniversários dos presos.



O Ministério da Justiça (BRASIL, 2008) avalia a Rádio Difusora Alternativa Esperança como um projeto piloto, que poderá se expandir a outras instituições prisionais, para resgatar a educação e ressocialização em todo o país. Em 2007, a rádio chegou a ser finalista do Prêmio Innovare (que identifica e divulga boas práticas no Poder Judiciário), e também recebeu a visita de membros da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A Rádio Difusora Alternativa Esperança vem mostrando que o sistema carcerário brasileiro pode ainda cumprir bem seu papel: recuperar um cidadão. Os presos não são apenas ouvintes, eles participam do processo de comunicação. A rádio comunitária aproxima a população carcerária da comunidade, dá visibilidade a ela e tenta ressocializá-la, por meio de atividades educativas e educacionais, além de pacificar seus ânimos. É necessário evitar a reincidência, a partir de novas oportunidades oferecidas aos detentos.

4 Análise crítica: Oportunidade efetiva de ressocialização?

Todo e qualquer sistema elaborado pelo homem possui falhas, se observado e analisado minuciosamente. Em alguns casos, os impactos desses erros são gritantes e extremamente prejudiciais ao bom funcionamento da estrutura social de um país. O maior exemplo é o sistema carcerário brasileiro que, como um câncer, é formado por células transgressoras capazes de se reproduzir indefinidamente até causarem o colapso total dos demais sistemas.

A Constituição Federal Brasileira veda a prisão perpétua, e denomina, portanto, presídios e penitenciárias como lugares transitórios. Contudo, fato é que mesmo depois de terem cumprido suas sentenças, muitos ex-presidiários sofrem com a exclusão social por toda a vida.

No Brasil não há reinserção social, porque a sociedade lida com o sistema penitenciário como sede de retaliação e vingança, e por isso, acomoda-se mediante a estagnação enlouquecedora dos apenados, mesmo que isso gere uma reação negativa e em cadeia. Esses apenados serão estigmatizados e punidos pela sociedade – por tempo indeterminado - independentemente de haver ou não reincidência, não importando qual seja a sua biografia.



Logo no primeiro contato com as instalações da Rádio Difusora Alternativa Esperança e, especialmente, com o ex-apanado Marcone Maceno, gestor da emissora e responsável por outras iniciativas altruístas não relacionadas diretamente com a rádio comunitária, alguns questionamentos entraram em pauta.

Quais alternativas seriam de fato eficazes para que este processo de ressocialização obtivesse resultados consideráveis? A quem cabe essa responsabilidade, à sociedade ou ao Estado? De que maneira transpor as barreiras do preconceito já tão arraigadas à sociedade?

Assim,

diante da necessidade de desconstruir um pouco do preconceito arraigado na sociedade, bem como, de viabilizar o retorno e a reinserção destas pessoas na mesma, percebe-se a importância de iniciativas, tanto do Estado quanto de grupos sociais, de ações que visem à integração e que gerem perspectiva de vida digna para os apenados. Percebe-se na educação um meio de proporcionar a estes sujeitos privados de tantos direitos a oportunidade de reconstruir suas vidas e transpor, através do conhecimento, as barreiras do preconceito quando forem reinseridos na sociedade. (MANGUEIRA, OLIVEIRA e PAIVA, 2010)

Dentro desse contexto, a Rádio Difusora Alternativa Esperança apresenta-se como veículo comunicacional a serviço da comunidade penitenciária à medida que lhe concede espaço midiático e informação. Sua transmissão, não apenas dentro da penitenciária, mas nas comunidades onde residam familiares dos apenados, educa, esclarece e fornece um espaço legítimo no qual esta comunidade passa a ter voz.

5 Dar voz à comunidade para a comunidade

A Rádio Difusora Alternativa Esperança é vinculada não apenas dentro da penitenciária, mas nas comunidades onde residam familiares dos apenados. Ao desfrutarem da programação, todos se informam acerca do andamento dos processos, obtêm apoio religioso, o suporte educacional e acesso à literatura, além da possibilidade de se expressarem através de cartas, bilhetes ou recados. Assim, a rádio comunitária realiza com maestria a proposta de servir ao público guarabirense como instrumento gerador de informação e meio de comunicação através do qual a comunidade, até então engavetada junto aos processos, comece a ter voz e a ser ouvida.

Em um dos depoimentos colhidos durante a gravação do documentário A voz da Liberdade (SILVA, CAVALCANTI e SANTOS, 2010), produzido como fonte de



informação e conteúdo para a constituição do presente trabalho, Emilson José de Sousa, diretor da Penitenciária João Bosco Carneiro, cita a importância das atividades desenvolvidas pela Rádio. Segundo ele, a assistência ressocializadora da Rádio Difusora Alternativa Esperança e os demais projetos sociais aplicados aos apenados, são um suporte psicológico, jurídico e espiritual para evitar a soberania negativa de uma vida inteira sem oportunidades de crescimento. Trataria-se, portanto, de fortalecer o apenado através de oportunidade de ser ouvido como cidadão. E, ao sentir-se motivado a produzir, fazê-lo exercer sua cidadania e sair do esquecimento e da estagnação.

De fato, a iniciativa popular agregada aos projetos de ressocialização aplicados na Penitenciária João Bosco Carneiro amplia as possibilidades para os apenados da região. Não se trata de solucionar o problema ou exorcizar os “demônios” do sistema carcerário, afinal, antes mesmo da história de cada um desses presidiários, existe a história de um país cheio de brechas e falhas sociais. Trata-se, todavia, de gerar caminhos instrutivos para desenvolver neles a vontade de agir e modificarem-se, através do apoio e da oportunidade em contradição ao desprezo e ao isolamento tão comum nas demais penitenciárias. A maior prova é que, nesta, segundo apenados, diretores e visitantes, todos estão a caminho do crescimento num lugar mais tranquilo do que jamais estiveram. Sendo assim, as evidências empíricas sobrepõem a abordagem teórica nos permitindo concluir a relevância deste tipo de trabalho e incentivá-lo através deste artigo, bem como dos demais produtos que desenvolvemos a partir da nossa experiência dentro da Penitenciária, junto aos apenados e à Rádio Alternativa Esperança.

6 Educação e ressocialização nas unidades prisionais

Devido ao conteúdo das leis que regem o Ordenamento Jurídico Brasileiro, que não estabelece pena de morte ou perpétua para nenhum caso de infração, os presídios são considerados lugares de passagem construídos para que os infratores cumpram a punição prevista no Código Penal. Após o cumprimento do prazo da pena estabelecida, os apenados são reinseridos na sociedade, mas em muitos casos, a reeducação não se torna plena e o indivíduo comete as mesmas infrações, tendo que cumprir uma nova pena como castigo pelo novo delito cometido.

Ações ressocializadoras são essenciais para que o indivíduo tenha capacidade de retornar à sociedade e nela desempenhar um papel importante, visando o seu



desenvolvimento. Porém, ações desse tipo são escassas no Brasil, e os presídios são taxados como locais de isolamento dos infratores, para que estes não voltem a cometer novas ações que desrespeitem o Código Penal. Desta forma, o sistema implantado não promove uma integração com a sociedade. O aumento da criminalidade no país também acarretou na superlotação das unidades prisionais, fato que dificulta ainda mais a realização de medidas de ressocialização.

Trata-se de um sistema antiquado e que exige uma nova forma de tratar e qualificar os presos. O isolamento e a clausura não constituem formas de reeducação e requerem outras medidas que tornem a ressocialização um objetivo real, como oficinas de trabalho e educação, como uma forma de ressaltar as qualidades do apenado e conscientizá-lo que ele pode contribuir para o desenvolvimento do meio em que vive.

A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior [...]. A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre a sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação. (MIRABETE, 2002, p. 24)

Entre os desafios que os apenados têm que enfrentar para conseguir a sua reinserção na comunidade está o julgamento por parte da sociedade, que nutre um sentimento de retaliação e vingança diante daqueles que de alguma forma interferiram no bem estar social. Com o objetivo de estreitar a relação entre os carcerários e a comunidade, a Rádio Difusora Alternativa Esperança promove um importante trabalho para que os apenados não se sintam excluídos e segregados da sociedade, como também, estabelecer um maior vínculo com a família, que também tem acesso à rádio.

Trata-se de um exemplo importante de como a ressocialização através da comunicação comunitária pode contribuir para a reeducação dos presos, visto que iniciativas que buscam repensar o sistema carcerário brasileiro são cada vez mais raras por parte do poder público.

Considerações finais



O sucesso das iniciativas de ressocialização do Excelentíssimo Senhor Juiz Dr. Bruno César vão além da Rádio Difusora Alternativa Esperança. Ele incentiva e promove, junto a Emilson José de Sousa, diretor da Penitenciária João Bosco Carneiro, atividades de artesanato, outro projeto no qual os apenados podem trabalhar nas obras públicas da cidade, além das oficinas de leitura e a escola que funcionam dentro da Penitenciária.

Para Marcone Maceno, gestor da emissora, qualquer tipo de cárcere é um “cemitério de homens vivos”, caso não haja atividades que ocupem o tempo e a mente dos presidiários. A partir desse pensamento, concluímos que a sociedade ao passo que institui punição para transgressores da norma, ela também é responsável por trabalhar a moral deste indivíduo, e assim garantir sua reinserção plena, tendo em vista que tolher a liberdade já é, por si só, um castigo. O apenado deve cumprir o tempo determinado pela justiça, mas este tempo não deve ultrapassar as barras de ferro das celas, ridicularizando-o e excluindo-o para o resto da vida, um indivíduo que já pagou por seu crime.

Conforme dito anteriormente, a Rádio Difusora Alternativa Esperança serve a todos aqueles que estejam direta ou indiretamente ligados ao sistema penitenciário. Mas uma questão está relacionada à grade programática. A colaboração dos locutores é voluntária, dessa forma, questionamos se certos programas são de real avalia para a comunidade. Há, por exemplo, um programa que trata do direito do consumidor. De que maneira essa programação influencia nos interesses dos apenados em regime fechado?

É certo que nenhum conhecimento é descartável, contudo não seria mais indicado que fossem ensinadas normas relacionadas aos artigos do Código Penal? Leis que defendam os direitos do apenado e dos seus familiares? Regras que tratem da celeridade dos processos e do direito a cidadania? Em seu depoimento, o ex-apenado Marcone Maceno afirmou ter buscado estudar livros de Direito para que pudesse compreender melhor as etapas do seu processo judicial.

Apesar das limitações estruturais e de voluntariado, a Rádio Difusora Alternativa Esperança aparece como uma medida de apoio a essa comunidade, como instrumento de instrução e de cidadania. Garantindo a participação dos próprios apenados, dos seus familiares e qualquer cidadão de Guarabira, a exemplo das alunas da UEPB e da senhora Yvone Santos, que puderam, conforme sua vontade, fazer parte da programação da rádio. Elas agregaram seus conhecimentos a fim de ajudarem as pessoas pertencentes



à comunidade carcerária, aqui entendida como aquela que agrega familiares, Estado e apenados.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação (Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade). **Documento base nacional preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia)**. Brasília, DF, 2008, 37 p.

BUCCI, Eugênio. **Os sentidos do Rádio**. In: FILHO, André Barbosa. PIOVESAN, Angelo. BENETON Rosana (orgs) **Rádio. Sintonia do Futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.

Documentário **A Voz da Liberdade**. Produção de SILVA, E. A. G. da; CAVALCANTI, M. L. C. de A.; SANTOS, M. T. L. dos. João Pessoa/Guarabira, Universidade Federal da Paraíba, 2010. DVD (10 min), son., color.

GIMENEZ, Gilberto. Notas para uma teoria da comunicação popular. **Cadernos CEAS**. Salvador: CEAS, n. 61, p.57-61, maio-jun.1979.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Política de Radiodifusão Comunitária: Exclusão como estratégia de contra-reforma**. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2005.

MANGUEIRA, Clara J. J.; OLIVEIRA, Yvanna K. F.; PAIVA, Heloísa L. **Da Discriminação à Inclusão: a educação como fundamento ressocializador da pena**. In: 1º Congresso Jurídico do Centro de Humanidades. Direito Público Contemporâneo: Novos desafios, 2010, Guarabira - PB. Anais do Congresso. Guarabira-PB : UNLEC - Universidade Livre de Educação Continuada, 2010. v. 1.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal: Comentário à Lei 7210/84** São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

NEUMANN, Laurício. **Educação e comunicação alternativa**. Petrópolis: Vozes, 1990. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. In: MELO, José Marques de; CASTELO BRANCO (Orgs.) **Pensamento Comunicacional brasileiro**. São Bernardo do Campo: UMEESP, 1999. p.405-423.

PERUZO, Círcia Maria Krohling. "Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento". In: PAIVA, Raquel (Org). **O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.